



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

OFICINA DOS MUNICÍPIOS PRIORITÁRIOS

2017



DITOS POPULARES – QUEM CONHECE:

- ***BATATINHA QUANDO NASCE,***
- ***QUEM NÃO TEM CÃO, CAÇA***



O DITO POPULAR – O CORRETO É:

- *BATATINHA QUANDO NASCE, ESPALHA A RAMA PELO CHÃO. MENININHA QUANDO DORME PÔE A MÃO NO CORAÇÃO.....*
- *QUEM NÃO TEM CÃO, CAÇA COMO GATO.*



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS:

- Secretário: Josbertini Virgínio Clementino
- Coordenação da PSB e SAN: Mary Anne Libório e Célula da PSB: Meirelene Lopes
- Coordenação CadÚnico e PBF: Silvana Crispim



Núcleo de Gestão de Benefícios e Transferência de Renda - NBTR





Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

- **Secretaria da Educação – SEDUC:**
 - Secretário: Antonio Idilvan de Lima Alencar
 - Coordenação: Joana D'arc Maia Feitosa Correia



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO CADASTRO ÚNICO E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

- **Secretaria da Saúde – SESA:**
- **Secretário:** Henrique Jorge Javi de Sousa
- **Coordenação:** Francisca Vilma de Oliveira



O CADASTRO ÚNICO - CADÚNICO

O Cadastro Único – CadÚnico é o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, podendo ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a esse público nas três esferas de governo. Atualmente, conta com o registro de 1.772.169 famílias no Estado do Ceará (Fonte: MDS – Fevereiro/2017). Esse registro é atualizado periodicamente em todos os municípios. (Brasil: 26.771.992 – Fev/2017)



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

- QUEM DEVE ESTAR INSCRITO NO CADASTRO ÚNICO -

Devem estar cadastradas as famílias de baixa renda:

**renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou
renda mensal total de até três salários mínimos.**

Exceção:

Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo.



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família – PBF complementa a renda de 1.029.921 famílias no Estado do Ceará (Fonte:MDS – Março/ 2017) que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza. O PBF opera de forma intersetorial, reforçando o acesso de seus beneficiários aos serviços sociais de saúde, educação e assistência social, bem como articulando a oferta de ações complementares que promovam o desenvolvimento das famílias para superação da sua condição de pobreza. (Brasil: 13.607.949 famílias – Março/2017).



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

- Benefício médio Ceará: **R\$ 177,04**
- Valor Máximo do benefício (sem BSP) – R\$ 372,00

Benefício básico: R\$ 85,00

Benefício Variável (até 5): R\$ 39,00

Benefício variável Jovem (até 2): R\$ 46,00



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

As informações possíveis pelo acompanhamento das
condicionalidades como indicativos de vulnerabilidade
ou risco social (inclusive para além da pobreza) permitem
localizar a vulnerabilidade social no território,
o que desloca a culpabilização da família para condicionantes



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

As informações do Cadastro Único permitem o planejamento da territorialização dos equipamentos de assistência social, pois constituem possibilidades de localização e priorização do seu público. Sua base de dados confere parâmetros importantes para a elaboração do diagnóstico socioterritorial que deve integrar o Plano de assistência social de cada ente federado.



No âmbito do Suas, o Cadastro Único e o PBF

No âmbito do Suas, o Cadastro Único e o PBF contribuem para proteger as famílias em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco social e pessoal, de forma a promover seu acesso aos direitos sociais de cidadania garantidos pela Constituição Federal de 1988.

A proteção socioassistencial deve garantir as seguranças de acolhida; de renda; do convívio ou vivência familiar, comunitária e social; do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; e da sobrevivência a riscos circunstanciais. Tal proteção estende-se, sobretudo, à família.



O Cadastro Único contribui para a caracterização dessas várias formas e fases da família, inclusive com a caracterização de populações tradicionais, de pessoas com deficiência e daquelas que estão em situação específica de vulnerabilidade, como, por exemplo, em situação de rua ou resgatadas do trabalho análogo ao de escravo.

O PBF apóia a família por meio da transferência de renda e ampliação de seu acesso a serviços de saúde, educação e assistência social. Assim, ambas as iniciativas têm potencial para concretizar a ação de proteção social promovida pelo Suas.

O Suas articula, ainda, ações intersetoriais que trazem oportunidades para o desenvolvimento das famílias incluídas no Cadastro Único, bem como beneficiárias do PBF, por meio de ações complementares.



As informações do Cadastro Único permitem o planejamento da territorialização dos equipamentos de assistência social, pois constituem possibilidades de localização e priorização do seu público. Sua base de dados confere parâmetros importantes para a elaboração do diagnóstico socioterritorial que deve integrar o Plano de assistência social de cada ente federado.

O CadÚnico e o PBF são geridos utilizando como ferramentas os sistemas de informações que trazem dados dos beneficiários – indivíduos e famílias – organizados territorialmente e atualizados periodicamente. Nesse sentido, outra importante fonte de dados para a vigilância socioassistencial é o Sistema de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família (Sicon)



O Sicon também traz informações sobre o serviço de acompanhamento familiar realizado pela assistência social. Uma das informações importantes para a vigilância socioassistencial, disponível no Sicon, consiste na lista de famílias em situação de descumprimento de condicionalidades do PBF a cada período de repercussão. Essa informação é fundamental para o planejamento da oferta do serviço de acompanhamento familiar nos termos estabelecidos no Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda, devendo também ser considerada para fins de registro no Censo Suas e no Sistema de Registro Mensal de Atendimentos realizados pelos CRAS/Creas. As famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF são, portanto, prioritárias para o atendimento e acompanhamento familiar da assistência social.



A ação de busca ativa é estratégica para que a população mais vulnerável possa acessar o Cadastro Único e para incluir as famílias e indivíduos no acompanhamento familiar, garantindo seus direitos de cidadania, especialmente, as seguranças de acolhida; de renda; do convívio ou vivência familiar, comunitária e social; do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; e da sobrevivência a riscos circunstanciais.

A busca ativa também é estratégia importante para ampliar o acesso a serviços socioassistenciais, sobretudo no caso dos serviços volantes e itinerantes.



É importante ressaltar que, além do módulo de acompanhamento familiar, o Sicon também oferece outras funcionalidades para manutenção do recebimento do benefício enquanto as situações de vulnerabilidades e/ou risco pessoal e social das famílias são trabalhadas nos serviços socioassistenciais, entre as quais destacamos o “recurso quanto aos efeitos por descumprimento de condicionalidades” e a “interrupção dos efeitos da repercussão.” São estas e outras iniciativas que materializam a integração de serviços e benefícios socioassistenciais.



A Loas atribuiu ao Suas o objetivo de estabelecer a gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda. Nesse senti do, foi publicado o Protocolo de Gestão Integrada de serviços, benefícios e transferência de renda, objeto da Resolução CIT nº 7, de 10 de setembro de 2009, o qual considera que as famílias beneficiárias dos programas PBF, BPC e Peti devem constituir público prioritário nos serviços socioassistenciais.



Grande parte das atividades desenvolvidas pelo CRAS está relacionada com o Cadastro Único e com o PBF:

1. Visitas domiciliares; 2. Acompanhamento familiar; 3. Orientação e acompanhamento para inserção no BPC; 4. Encaminhamento para inserção de famílias no Cadastro Único; 5. Realização de grupo/oficina de convivência e atividades socioeducativas com famílias ou por ciclo de vida ou intergeracional; 6. Busca ativa. Com exceção da terceira, todas as demais atividades envolvem famílias do Cadastro Único e/ou do PBF. Aliás, duas dessas atividades (visitas domiciliares e acompanhamento familiar) são consideradas tão importantes na esfera de atuação do CRAS que, se não forem realizadas, conferem ao IDCRAS uma avaliação como insuficiente nesse indicador dimensional



PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Criado em 2003, o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que visa melhorar as condições socioeconômicas das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza do Brasil.



Ações Complementares

3ª dimensão: Promoção das famílias e apoio à superação da situação de vulnerabilidade e pobreza.

PBF

1ª dimensão:
Alívio imediato da
pobreza.

**Transferência direta de renda
às famílias**

2ª dimensão:
Ampliação do acesso
aos serviços públicos
que constituem direitos
sociais, nas áreas de
saúde, de educação e
de assistência social.

**Cumprimento das
condicionalidades**



Modalidade	Valor do benefício	Quem recebe	Quantidade de benefícios por família
Benefício Básico	R\$ 85,00	Famílias com renda per capita até 85 reais	1 benefício por família
Benefício Variável	R\$ 39,00	Famílias com renda familiar até R\$ 170 reais cujos integrantes sejam crianças e adolescentes (idade entre 0 e 15 anos), gestantes e nutrizes	Até 5 benefícios por família (até 2011 eram 3)
Benefício Variável Jovem	R\$ 46,00	Famílias com integrantes entre 16 e 17 anos	Até 2 benefícios por família
Benefício de Superação da Extrema Pobreza	Varia de acordo com a renda per capita da família	Famílias com crianças de até 15 anos e com renda per capita (incluindo o PBF) menor que R\$ 85	1 benefício por família



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social



PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - CONDICIONALIDADES



Condicionalidades

Educação

- Frequência escolar mensal mínima de 85% para crianças de 6 a 15 anos
- Frequência escolar mensal mínima de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos

Saúde

- Acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e do desenvolvimento das crianças menores de 7 anos
- Pré-natal para gestantes e acompanhamento de nutrizes





Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

MuPs – Municípios Prioritários

1. Metodologia de Seleção MuPs
2017

2. Características Gerais dos MuPs
2017

3. MuPs 2017 – Evolução dos Indicadores de
Gestão



MuPs – Municípios Prioritários

Os Municípios Prioritários (MuPs) são aqueles cujas gestões do Programa Bolsa Família e Cadastro Único foram selecionadas a partir da metodologia de classificação Score de Valor Crítico, desenvolvida pela SENARC/MDSA, destinada a analisar a situação de cada município.



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

Nessa metodologia, foram analisados os seguintes parâmetros:

Metodologia de Seleção MuPs 2017

- Média da Taxa de Frequência Escolar (TAFE)
Média do Ano de 2016

Características Gerais dos MuPs 2017

Média da Taxa de Acompanhamento da Agenda Saúde (TAAS)
Média do Ano de 2016



MuPs 2017 – Evolução dos Indicadores de Gestão

- Média da Taxa de Atualização Cadastral (TAC)
Média da atualização cadastral ano 2016
- Percentual de execução dos recursos disponíveis do IGD-M
% Execução dos Recursos Financeiros Disponíveis do IGD-M
Percentual de recurso financeiro executado em relação ao total de recursos disponíveis em 2015 e 2016 (saldo inicial em 31/12/2014 + recursos repassados nos exercícios 2015 e 2016). É considerado o exercício orçamentário dos últimos 24 meses.



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

A partir desses parâmetros, são atribuídos Scores de Valor Crítico para cada um deles, de acordo com a localização nas distribuições das médias e percentuais:

Distribuições das médias e percentuais:

Características Gerais dos MuPs 2017

MuPs 2017 – Evolução dos Indicadores de Gestão

10 piores	80%	10% melhores
Score Valor: 16	Score Valor: 4	Score Valor: 1

Uma maior pontuação indica maiores problemas de gestão.



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

Cont. MuPs – Municípios Prioritários

São considerados Municípios Prioritários aqueles com pelo menos dois Parâmetros com valor crítico (16 pontos), e score total de ao menos 40 pontos.



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

Com esse critério de seleção, a Senarc busca selecionar municípios com problemas em mais de uma área de atuação específica:

Acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação, ações de atualização cadastral e gastos dos recursos repassados com base no IGD-M.



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

OBS1: A definição dos valores de corte da análise em nível estadual foi feita separadamente para cada Unidade Federativa.

OB2: Os municípios participantes do Fórum de Regiões Metropolitanas foram excluídos da análise.



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

Nível de
Prioridade

Nº de parâmetros críticos
Score
Total

ALTA

4

64

MÉDIA

3

49 a 52

BAIXA

2

40



OBJETIVO OFICINA DOS MUPS:

Construir soluções para a melhoria do Programa Bolsa Família e Cadastro Único em municípios com dificuldade de gestão em parâmetros selecionados pela SENARC.



PÚBLICO CONVIDADO A PARTICIPAR:

Coordenadores do Cadastro Único e Programa Bolsa Família;
Coordenadores do Bolsa Família na Educação;
Coordenadores do Bolsa Família na Saúde;
Setor financeiro responsável pelos recursos relacionados ao
Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M).



CALENDÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO 2017

Educação		
Período	Abertura	Fechamento
Fev/Mar	16/03/2017	28/04/2017
Abr/Mai	18/05/2017	30/06/2017
Jun/Jul	18/07/2017	25/08/2017
Ago/Set	19/09/2017	30/10/2017
Out/Nov	17/11/2017	22/12/2017



CALENDÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE 2017

Saúde		
Período	Abertura	Fechamento
1º sem	13/02/2017	30/06/2017
2º sem	07/08/2017	02/01/2018



Secretaria da Saúde
Secretaria da Educação

ONDE ESTAMOS?

NÚCLEO DE BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Telefones: (85) 3101-2101/3101-2104/3101-4613



Conforme o MDS/SENARC, o Cadastro Único identifica 17 Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs), que foram agregados em quatro categorias para facilitar o entendimento:

Origem étnica

- 1. Famílias indígenas**
- 2. Famílias quilombolas**
- 3. Famílias ciganas**
- 4. Famílias pertencentes a comunidades de terreiro**

Remete ao conjunto de famílias agrupadas de acordo com a autoconsciência de pertencerem a determinado grupo social dotado de organização territorial, política, linguística, sociocultural, econômica, e histórica própria. Possuem costumes, tradições e modo de vida comunitários singulares, transmitidos de geração para geração, que os diferenciam de outros grupos. São, portanto, grupos populacionais que compartilham valores e práticas culturais diversas, fruto de processos civilizatórios plurais e herdadas de determinado povo (MDS/2014)



Relacionados ao meio ambiente

5. Famílias extrativistas

6. Famílias de pescadores artesanais

7. Famílias ribeirinhas

São famílias que pertencem a comunidades tradicionais cuja subsistência baseia-se no extrativismo de recursos oferecidos pela natureza, seja nas florestas, rios, manguezais, mar e demais ambientes similares. Complementarmente, essa população pode praticar agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte, mas sempre em regime de economia familiar. No Cadastro Único, essas populações podem ser identificadas como famílias extrativistas, de pescadores artesanais ou ribeirinhas. Devido a suas características comuns, os grupos relacionados ao meio ambiente podem se sobrepor, cabendo à família escolher em qual categoria deseja ser identificada (MDS/2014)



Relacionados ao meio rural

8. Famílias assentadas da Reforma Agrária

9. Famílias acampadas

10. Famílias de agricultores familiares

11. Famílias beneficiárias do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF)

São grupos familiares que pleiteiam o acesso, a permanência e o uso sustentável da terra, bem como acesso a políticas públicas específicas, como crédito fundiário. Podem, eventualmente, estar organizadas em movimentos sociais. Há ainda outros que já obtiveram regularização fundiária por meio do processo de reforma agrária, bem como aqueles que exploram o imóvel rural para a criação de animais, produção de artigos agrícolas para consumo da unidade familiar e comercialização.(MDS/2014)



Em situações conjunturais

- 12. Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura***
- 13. Famílias de preso do sistema carcerário***
- 14. Famílias de catadores de material reciclável***
- 15. Famílias de pessoas em situação de rua***
- 16. Famílias de resgatados do trabalho análogo ao de escravo***
- 17. Famílias em situação de trabalho infantil***